



Anais da Assembléia

Nº 103

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 155ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1977.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Domício Scaramella.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 159/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 358/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o Município de Pitanga, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA ;

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 159/77. Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 156ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1977.

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto

Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Antônio Facci, Gabriel Sampaio e Jayme Rodrigues Carvalho (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, requer a consignação na ata dos trabalhos da Casa, de voto de pesar pelo falecimento da Senhora HERMÍNIA RIOS GOMES, ocorrido no dia de ontem, na cidade de Cornélio Procopio.

A extinta pertencente a tradicional família procopense, deixa inconsolável, inúmeros filhos, netos e bisnetos.

Requer ainda, que se dê ciência à Exma. família, através de seus filhos João Gomes e Professor José Gomes.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o duto Plenário, a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em nossa Capital, do Sr. VALDÍVIO COSTA LIMA.

Uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1977.

(a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo à Federação Espírita do Paraná, que completa nesta data 75 anos de existência.

A presença da Federação Espírita em nosso Estado, é marcada por incontáveis realizações de transcendental importância na reeducação espiritual da nossa gente e, no grandioso

trabalho de assistência social aos carentes de amparo físico. Merecem os espíritas do Paraná, a reverência desta Casa. Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Federação Espírita do Paraná comemora, na data de hoje, o seu 75o. aniversário de fundação, fato que assinala um importante acontecimento na vida da comunidade curitibana e paranaense, e, também, de profundo significado a quantos, em todos os planos, têm se dedicado à difusão da doutrina espírita.

Ao longo de todos esses anos, a Federação Espírita do Paraná, tem sido, como o é, um fulgurante polo de irradiação de paz, de harmonia, de amor, semeando a solidariedade e pregando a fraternidade, tendo como escopo a elevação da alma humana em sua caminhada evolutiva em direção ao Criador.

Espírito e corpo ali encontram o conforto da palavra esclarecedora, a orientação retificadora, o leito que descansa, a alimentação que mitiga a fome. Desde a criança sem amparo ao ancião desválido, passando por todos, jovens, mulheres, homens, ali se obtém a afirmação da condição de criatura humana, onde a matéria é reconhecida benção como veículo redentor.

A Federação Espírita do Paraná e todos os seus órgãos e entidades escrevem uma das mais lindas e amáveis páginas na vida de nosso Estado e de nossa gente.

Diante de tudo e de tanto que tem semeado, esta Casa, sensível a obras dessa natureza, tem por dever, principalmente no momento de agora, registrar o evento, razão pela qual o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer na forma regimental, a consignação de voto de efusivas congratulações com a Federação Espírita do Paraná, na oportunidade em que se comemora o seu 75o. aniversário de fundação.

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência da decisão da Casa, por inteiro teor deste expediente, à Direção da Entidade.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Presidente da EMOPAR, no sentido de que S. Sa. se digne determinar reformas no Grupo Escolar Abraham Lincoln, no Município de Colombo.

O referido estabelecimento de ensino, encontra-se em completo abandono, notadamente suas instalações sanitárias, cuja falta de higiene vem provocando preocupações entre os professores e pais de alunos.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 111/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO BELÉM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na cidade de Ivaiporã.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1977.

(a) AUGUSTO BERNARDI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Belém de Assistência Social, da cidade de Ivaiporã, considerada de utilidade pública, conforme Lei Mu-

nicipal no. 151/71, de 13 de agosto de 1973, é uma associação civil, de assistência e promoção social, constituindo uma obra filiada e mantida pela Fundação do mesmo nome, com finalidade de manter assistência integral aos necessitados, através de concessão de auxílios, remédios, pousadas, aconselhamento e orientação aos casos, sendo justo portanto, o seu reconhecimento de utilidade pública, para o que espera a acolhida dos nobres Pares por ser de justiça.

PROJETO DE LEI NÚMERO 112/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO SÃO ROQUE", com sede no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, neste Estado.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

A Associação São Roque, fundada em 05 de fevereiro de 1974, tem seus estatutos registrados no Cartório do 2o. Ofício de Títulos e Documentos, da cidade de Londrina, é uma entidade civil, de finalidade filantrópica, de assistência social, espiritual e cultural, com sede e foro no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, Estado do Paraná, atendendo aos necessitados em geral, seus familiares e menores, órfãos ou abandonados, indistintamente, e de forma gratuita, mediante o fornecimento de alimentos, roupas, agasalhos e assistência médica, proporcionando-lhes ainda alfabetização, educação e moradia, sempre visando a promoção integral e social da comunidade, sem distinção de raça, credo, cor ou religião. Sendo o Distrito de Tamarana situado em uma região essencialmente agrícola, com uma população de baixo custo aquisitivo, distante da sede do município aproximadamente 60 quilômetros, o trabalho desenvolvido por esta entidade, vem de merecer todo o respeito e devida consideração, principalmente por estar atendendo aos apelos dos governos Federal e Estadual, para que seja resolvida, dentro da própria região, os problemas existentes, tanto moral como social, não transferindo para as autoridades uma responsabilidade que também pertence a toda uma comunidade. Fundada em 1974, sua diretoria não é remunerada, preenchendo pois, os requisitos legais e necessárias, para ser reconhecida como de utilidade pública. Justo que o poder público lhe outorgue este título para que usufrua dos benefícios decorrentes, e prossiga em suas beneméritas atividades sociais.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares a esta proposição.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Antes de falar propriamente sobre a Semana do Exército, que se comemora com justo júbilo em todo o Brasil, desejamos ressaltar que nada **ná mais fácil do que identificar**, em nossa Pátria, desde os seus primórdios, o civil e o soldado, o paisano ou homem fardado, **como um só tipo de cidadão**, apenas com profissões ou ocupações diferentes.

E assim foi desde o Brasil-Colônia, o Brasil-Império, o Brasil-República.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, filho de Santos, a terra dos Andradas, que em 1804 fora nomeado auditor de todos os regimentos do Rio Grande do Sul, no posto de Tenente-Coronel, já em 1811, promovido a Coronel, era nomeado Vogal entre os Magistrados Cíveis e Militares para julgar os implicados na rebelião da campanha Cisplatina.

José Fernandes Pinheiro possuía o curso de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Coimbra, da turma de 1798, com distinção.

Quando deputado, em 14 de junho de 1823, teve a oportunidade de propor a criação dos dois cursos jurídicos para a cidade de São Paulo e a de Olinda, e como Ministro do Império, em 11 de agosto de 1827, foi quem teve a honra de referendar a lei sancionada pelo Imperador Dom Pedro I, isto após ter exercido a chefia do governo da província do Rio Grande do Sul de 1824 a 1826, pela qual foi eleito representante na Constituinte Brasileira.

Colhemos, nesta altura da História, a lição de que os primeiros cursos jurídicos de nossa Pátria tiveram a iniciativa de eminentes cidadãos do Exército para a sua criação e manutenção.

No próximo dia 05 de agosto se comemorou o 150. aniversário do nascimento de outro grande soldado, o Mal. Deodoro da Fonseca, proclamador da República e 1.º Presidente dos Estados Unidos do Brasil, num movimento do qual participaram civis de renome de Rui Barbosa, Quintino Bocaiuva e tantos outros.

Assim também a figura lendária de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que exerceu as mais destacadas e honrosas funções públicas, sempre teve o apoio, a admiração global do povo brasileiro, porque via nele o grande e exemplar soldado, o qual, com amor, tanto se bateu nas guerras externas a que o Brasil foi compelido, em defesa de sua soberania, como o fez internamente para conservar a unidade desse grande e imenso país-continental, que é o Brasil, e o fez de tal maneira brava, humana e cristã, que se tornou o símbolo do Soldado Brasileiro.

Soldados já fizeram parte desta Assembléia, aliás a Assembléia é toda ela composta de soldados, como nós — porque um dos requisitos básicos para merecer a honra de ser Deputado é possuir o seu Certificado de Reservista do Exército Brasileiro, salvo as exceções legais de dispensa.

É pois, altamente honroso para todos nós, os que participamos da vida do Estado do Paraná e somos os seus representantes, na esfera estadual, nesta Assembléia, em declarar o nosso respeito, a nossa admiração pelo Exército Brasileiro, um dos mais fortes e antigos pilares da defesa de nossa Pátria, e o mais numeroso contingente das gloriosas FORÇAS ARMADAS DO BRASIL, cujo comando é exercido por S. Exa. o Gal. Ernesto Geisel, nosso honrado, dinâmico e patriota Presidente da República".

E é exatamente por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que submetemos à apreciação desta Casa, um requerimento com o seguinte teor. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o registro na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Sr. General RUY DE PAULA COUTO, Comandante da 5a. Região Militar, pelo decorrer da Semana do Exército e do Dia do Sildado, amanhã, dia 25.

Requer ainda, que se dê ciência do presente.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1977".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A relevância da importância do homem promove a fixação de datas históricas que se passam os séculos, mas elas permanecem como chispas vibrantes na consciência de um povo.

Hoje, uso desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para tributar minhas homenagens ao maior estadista que este País já teve; ao maior estadista que o mundo já conheceu; ao estadista deste País que a História jamais conseguirá renegá-lo

ao esquecimento.

Falarei hoje sobre Getúlio Dorneles Vargas. E falar sobre o "imortal estadista Getúlio Vargas. é recapitular as apoteoses mais importantes da caminhada gloriosa desta Nação.

(Lendo): "Com a Revolução de 1930, sobre Getúlio Vargas ao poder, como líder civil, de pensamentos voltados para questões sociais, cria de imediato o Ministério do Trabalho. E com objetivos de impulsionar a educação leva para o Ministério da Educação, Francisco Campos. A revolução vitoriosa de 1930 respondia com isso, de imediato, a República Velha, que até antes usavam o poder de polícia para a inquietação e insegurança operária. Getúlio tão logo assumiu o Governo interviu nos Estados, exterminando com a politcalha dos governadores. Liquidada a influência dos coronéis, mandando desarmá-los de imediato. Prepara novo sistema eleitoral, instituindo a Justiça Eleitoral, que cercou de garantias, atribuindo-as, funções importantíssimas de julgar a validade das eleições, fato que veio de logo destruir as oligarquias mantidas pelos Governadores dos Estados.

Por Decreto de 03 de maio daquele mesmo ano, marcou as eleições à Assembléia Constituinte para 09 de maio de 1933. Dois meses depois, inicia-se em São Paulo, a Revolução Constitucionalista, os revoltosos são derrotados por Getúlio Vargas, e este manteve o Decreto anterior com a data nele determinada, organizando-se a Constituinte, que daria ao País uma nova Constituição Republicana, a segunda Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que veio a ser promulgada em 16 de julho de 1934.

Apesar de aquela Constituição não ser tão bem estruturada como a anterior, como a Constituição de 1934, criou, dentro dela, a Justiça Eleitoral como órgão do Poder Judiciário, instituiu, ao lado do Ministério Público e do Tribunal de Contas, os Conselhos Técnicos, como órgão de cooperação das atividades governamentais, ao lado da Declaração dos Direitos de Garantias Individuais, tendo destacado a proteção à ordem econômica e social, e outro título com destaque, de proteção e educação e cultura, instituindo princípios sobre o funcionalismo público, além de assegurar a educação do desenvolvimento, além de outras medidas de proteção que nesta Constituição constou, às classes laboriosas desta Nação.

Getúlio Vargas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era uma espécie de cavaleiro divino de uma política sadia, era um repostório de sentimentos sociais, e sempre o seu pensamento estava voltado ao povo.

Veio o Estado Novo.

O Brasil, àquelas alturas, viveu o impacto das ideologias nascidas com o após-guerra de 1918.

Getúlio Vargas, no poder, é eleito pela Assembléia Constituinte, para o quadriênio constitucional.

Age Vargas, como procedeu Deodoro. Dissolve a Câmara e o Senado; revoga a Constituição de 34, e promulga a Carta Constitucional de 1937.

Getúlio, lutando contra tudo e contra todos os atos de invasão da violência e do antagonismo, continua a sua caminhada, como o mais inteligente estadista que o mundo já conheceu.

Terminada a II Guerra Mundial no qual o Brasil participou com magistralíssimo destaque contra a ditadura nazi-fascista, em 46, no Governo, convocou a Constituinte, para a elaboração da nova Constituição.

Marcam-se as eleições e dois militares são candidatos à sucessão de Getúlio Vargas.

As forças opostas ao Governo, apresentaram a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.

As forças situacionistas apresentaram o Mal. Eurico Gaspar Dutra, que vence as eleições sob a liderança do grande Líder Getúlio Vargas.

Sucedem no Governo de Dutra, crises políticas e conflitos constitucionais de poderes.

Volta Getúlio Vargas ao poder, com um programa social e

econômico dos mais importantes do mundo. Era tão destacado o plano de proteção às classes laboriosas da Nação, que, provocou a reação imediata das forças conservadoras, que acabaram provocando a crise violenta que levou o maior estadista que esta Nação já teve, ao suicídio.

Getúlio, entretanto, não morreu.

Ele vive nos corações de milhões de brasileiros e na alma desta Nação. Seu nome e seus feitos não passaram. Sua coragem e nobreza tem espírito de capacidade comprovada de arte de governar estão aí a serviço da Nação e do Povo. As Leis Sociais de proteção aos trabalhadores em todas as áreas de atividade humana, as empresas produtoras de riquezas nacionais, tais como Petrobrás, Eletrobrás, Vale do Rio Doce e tantas outras obras propulsoras das riquezas deste País.

Getúlio Vargas o maior estadista do mundo... o mais importante dos brasileiros, não morreu, saiu da vida para entrar na história".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha homenagem ao Líder supremo deste País, procederei ao seu final, a leitura da Carta Testamento daquele que não morreu e que vive nos corações dos 120 milhões de brasileiros. Diz, como últimas palavras, como mensagem que ficaria para a eternidade neste País, a Carta de Getúlio Vargas. (Lê): "Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e, principalmente, os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio de espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me Chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se a dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário-mínimo, se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500 por cento ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta de vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E os que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas este povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém.

Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora, ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História."

Assinado

Getúlio Vargas.

São poucos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os homens deste País que ocuparam a direção administrativa desta Nação, que deixaram a querida Terra de Santa Cruz, herança tão gloriosa e, que nem mesmo a reunião dos malfeteiros poderá destruir a herança deixada por Getúlio Vargas; nem mesmo o mutirão daqueles que não querem o bem deste País, conseguirá destruir.

Estão aí, as máquinas estatais, produtoras de economia para esta Nação; estão aí, as leis sociais em proteção ao povo brasileiro.

Ele foi, ele é e será, para a eternidade, o maior Estadista que o Brasil já teve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Restando 12 minutos do Grande Expediente, se deseja usar da tribuna.

O SR. EDILSON ALENCAR — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Da mesma forma, consulto o quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

Com a palavra o Sr. Deputado Lázaro Dumont, restando-lhe doze minutos no Grande Expediente.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje estou somente querendo ler um trabalho em que, em forma de requerimento nós iremos solicitar a esta Casa o apoio, trabalho este que foi realizado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, relacionado aos problemas de participação de títulos de terras, na região, ou melhor dizendo, na faixa de fronteira deste Estado. (Lê): "Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutor ALYSSON PAULINELLI, Ministro da Agricultura e Doutor LOURENÇO VIEIRA DA SILVA, Presidente do INCRA, cujo teor do documento elaborado após a realização de Encontros para treinamento de dirigentes sindicais e funcionários de Entidades Sindicais no preparo da documentação para "Ratificação das Concessões e Alienações de Terras Devolutas Procedidas pelo Estado na Faixa de Fronteira", contendo uma série de reivindicações, transcrevemos a seguir, na íntegra:

"1 — Considerando inúmeras reclamações por parte dos trabalhadores rurais, pequenos proprietários, com respeito ao problema que vem enfrentando para conseguir a "Ratificação das Concessões e Alienações de Terras Devolutas Procedidas pelo Estado na Faixa de Fronteira", e, considerando, ainda, os preços exorbitantes que estão sendo cobrados pelos Escritórios para preparar toda a documentação, a "Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná" houve por bem realizar 3 (três) Encontros, sediados nos municípios de Francisco Beltrão, Cascavel e Umuarama, reunindo os Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e funcionários que participaram dos Cursos de Orientação Cadastral e Tributária, num total de 40 (quarenta) pessoas por Encontro, abrangendo toda a região da "Faixa de Fronteira", cujo propósito foi o de instruir o nosso pessoal a preparar a documentação exigida, sendo que, a pedido desta Entidade, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, designou seus técnicos para darem os devidos ensinamentos.

2 — E tais Encontros foram realizados. No entanto, de conformidade com as instruções fornecidas, o problema está mais difícil de ser resolvido do que se imaginava, isto porque:

a) — Existe a exigência de inúmeros documentos, dentre os quais a "Carteira de Identidade". Esta é insubstituível. Nenhum outro documento é aceito em seu lugar. Entretanto, como é sabido, na zona rural, praticamente ninguém é portador de tal documento. E, infelizmente, o excesso de burocracia e a falta de Postos de Identificação impedem que uma pessoa possa providenciá-lo num prazo inferior a 6 (seis) meses. Pelo menos no Interior do Estado do Paraná a realidade é essa.

REIVINDICA-SE que, em substituição à Carteira de Identidade seja aceita a Certidão de Nascimento ou Casamento. Em relação aos demais documentos exigidos, tais como Título de Eleitor, Certificado de Reservista etc. não existe qualquer problema.

b) — Outro grande obstáculo está sendo enfrentado pelos trabalhadores rurais nos municípios atingidos apenas em parte pela Faixa de Fronteira, vindo a prejudicar todo o trabalho feito para pleitear a respectiva Ratificação, após o que a pessoa é informada de que a propriedade está fora da faixa.

REIVINDICA-SE a demarcação prévia da FAIXA DE FRONTEIRA, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, delimitando ao menos por Glebas, num intuito de se evitar que o trabalhador rural faça a documentação desnecessariamente, perdendo tempo e dinheiro.

c) — A exigência da feitura de Plantas e Memoriais Descritivos, cujos preços cobrados estão muito além do que se poderia chamar de razoável, está se constituindo num grande senão o maior problema a ser enfrentado, devendo ainda ser levado em consideração o reduzido número de topógrafos existentes na região, devidamente inscritos no CREA, para 162.000 propriedades cadastradas.

REIVINDICA-SE que sejam aceitas as Plantas e Memoriais Descritivos já constantes das respectivas Escrituras e da Matrícula de Produtor Rural. E nos casos em que o proprietário ainda não conta com a referida Planta e Memorial Descritivo, que o Estado e a União forneçam ao agricultor, Topógrafos credenciados pelo INCRA (ou ainda Técnicos da ACARPA), mediante Convênios com os Sindicatos e as Cooperativas.

d) — Para obtenção de Certidão da Cadeia Sucessória o interessado tem de ir ao Cartório de Registro de Imóveis da atual Comarca e de outras Comarcas, até chegar ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de origem. Os Cartórios de Registros de Imóveis, por sua vez, justificam-se que, devido ao acúmulo de serviço, tal Certidão somente poderá ser expedida dali a 60 dias ou mais. Agora, aqueles que camufladamente estimam uma "gorjeta" são atendidos com maior rapidez, em detrimento dos que aguardam a vez honestamente. Há ainda a considerar que, além de sair caríssima a obtenção da aludida Certidão, existe também o problema das enormes distâncias que separam um dado município de Comarcas anteriores e, assim, sucessivamente, até chegar à Comarca de origem. Normalmente o produtor tem que se deslocar a dois ou mais Cartórios de Registros de Imóveis, até conseguir a Certidão completa. Há ainda a considerar que cada Cartório de Registro de Imóveis deverá expedir uma média de 5.000 Certidões, fato este que inevitavelmente irá retardar o preparo da documentação exigida para a Ratificação.

REIVINDICA-SE que seja exigida apenas a Certidão de Registro do Imóvel e que, na dúvida, o INCRA solicite a Certidão da Cadeia Sucessória, mantendo, contudo, uma fiscalização quanto ao cumprimento do prazo e cobrança, de conformidade com a Lei, para expedição da citada Certidão.

e) — Em todo o Estado do Paraná existe apenas o Projeto Fundiário de Cascavel. Somente lá é que os Processos de Ratificação são recebidos e emitidos os respectivos Protocolos, trazendo com isso enormes dificuldades.

REIVINDICA-SE que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária treine o pessoal da Unidade Municipal de Cadastro para receber tais Processos e emitir os Protocolos, além de Cascavel, em outras principais cidades da região da FAIXA DE FRONTEIRA, a exemplo de Francisco Beltrão, Pato Branco, Capanema, Rondon, Medianeira, Assis Chateaubriand, Terra Roxa, Umuarama, Goioerê e Ubitatã.

Ao final, cumpre-nos lembrar que o Banco do Brasil S/A., não está permitindo qualquer tipo de financiamento a quem não tem o protocolo do pedido de Ratificação. Por outro lado, para formalizar a documentação e conseguir o respectivo Protocolo necessário à solicitação de financiamento, o produtor levará em média mais de seis meses entre conseguir a Carteira de Identidade, Planta e Memorial Descritivo, Certidão da Cadeia Sucessória etc.

Tais circunstâncias vêm enfatizar a grande necessidade de que as reivindicações aqui apresentadas sejam devidamente acatadas, objetivando proporcionar condições para que os interessados tenham uma maior abertura, sem exigências tão rígidas e, porque não dizer, em alguns itens, praticamente incabíveis, no preparo da documentação.

Saliente-se que as Firmas que estão se estruturando em todos os municípios da Faixa de Fronteira, para explorar os pequenos e médios proprietários, estão cobrando uma base de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) por alqueire, para preparar a documentação, sendo ainda estipulada um importância nunca inferior a Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros). Assim, mesmo que as terras tenham um, dois ou três alqueires, o proprietário, de qualquer forma, deverá pagar o mínimo estipulado.

Considere-se ainda o grande perigo de que tanta dificuldade para obtenção da Ratificação passe a ser o meio de que irão se servir os grandes latifundiários para adquirir as terras dos pequenos e médios proprietários a preços irrisórios, trazendo também o inconveniente da constituição de latifúndios na Faixa de Fronteira, propiciando o recrudescimento de graves tensões sociais, que deve ser evitado por todos os meios, para salvaguarda da paz e da segurança deste País.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1977."

Era o que continha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — Consulto a Liderança da ARENA se deseja fazer uso do tempo que, regimentalmente, lhe é concedido.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde para fazer o registro que julgo de suma importância pela época em que vivemos, numa fase de transição difícil, quando vemos no Interior do Estado um pequeno município em que se procura o diálogo, o entrosamento, a paz para uma administração sadia, voltada para o desenvolvimento e para o futuro.

Visitei, no dia 13 passado, a região do Vale do Ivaí. Passando antes por Arapongas, onde tivemos a oportunidade de ver o início dos despachos do Sr. Governador do Estado, dando atendimento não só aos Prefeitos daquela micro-região, mas também dos municípios vizinhos que lá compareceram para despacho com os Srs. Secretários que lá se encontravam.

Segui depois para Jardim Alegre, onde participei de uma reunião que julgo de suma importância. Seria muito interessante que todos os municípios realizassem reuniões desse tipo: o Prefeito procurando entrosamento com todos os seus munícipes, visitando área por área, bairro por bairro, fazendo reunião de bairro e elegendo um líder como representante de bairro.

Entrosado com seus Vereadores, Jardim Alegre elegeu 26 líderes. Reunidos esses líderes, os 7 Vereadores da ARENA e 2 do MDB lá compareceram. E o Prefeito fez uma prestação de contas do primeiro e segundo bimestres de sua administração,

ouvindo as reivindicações dos representantes dos municípios, dialogando com todos, representantes de bairros, vigário da paróquia, inspetor de ensino, auxiliar de merenda escolar.

Reuniões como essa são de suma importância porque se discute e se procura fazer uma administração pacífica, voltada para os interesses do povo.

Quero registrar também, com satisfação, a cobertura que vem sendo feita, na região do Vale do Ivaí, pelo jornal "Tribuna da Cidade" de Apucarana, que lá compareceu divulgando o trabalho feito no município de Jardim Alegre, município privilegiado em termos de administração. Uma administração que não é só do prefeito, mas também dos vereadores, dos representantes de bairros, de toda a comunidade, porque é um trabalho conjunto.

E nesse trabalho conjunto, estamos vendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os resultados que estão colhendo, procurando trazer melhores condições aos seus municípios. Ainda estes dias foi instalado o INAM, Programa de Nutrição, que vai atender 732 pessoas de poucos recursos. E que foi conseguido graças a este entrosamento que existe no município com toda a sua comunidade.

E ontem, acompanhando o Prefeito daquele município, a Secretaria de Educação, pudemos firmar um convênio que recebeu um repasse do Ministério de Educação e Cultura de 300 mil cruzeiros para melhoramentos de seu Ginásio de Esportes e mais salas de aula: para atendimento daquele município.

Não poderia deixar de registrar este acontecimento que julgamos de suma importância para o desenvolvimento de Jardim Alegre e da nossa região do Vale do Ivaí.

Estarão em Jardim Alegre no dia 10 próximo, participando dos jogos abertos que se realizam pela primeira vez na região do Vale do Ivaí.

Era este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o registro que queria fazer nesta tarde com os agradecimentos à "Tribuna da Cidade", pela cobertura dada àquela região. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No horário reservado à liderança do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentaremos nesta tarde um requerimento e, em seguida, faremos um comentário. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja transcrito, na ata dos trabalhos de hoje, a notícia publicada pelo jornal "Gazeta do Povo", na sua edição de hoje, constante de sua página número 31, sob o título "Getúlio Vargas é lembrado hoje".

Requer, outrossim, seja enviado telegrama ao Deputado Federal do Paraná, Antônio Martins Anibelli, parabenizando-o pela feliz iniciativa de apresentar um projeto de lei, denominando "Presidente Getúlio Vargas", à Rodovia Transbrasiliana, que ligará Aceguá, no Rio Grande do Sul a Marabá, no Estado do Pará.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1977."

Vou ler aqui alguns tópicos do editorial "A Gazeta do Povo", quando de sua referência ao 23º aniversário da morte de Getúlio Vargas que foi um dos grandes estadistas que nossa História teve conhecimento, através de um projeto a ser apresentado na Câmara Federal para denominar Presidente Getúlio Vargas a Rodovia Transbrasiliana, que liga o Rio Grande do Sul ao Pará.

Nada mais justo que seja levado, principalmente aos jovens, alguns detalhes da sua vida e do seu Governo.

Nascido em São Borja, Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1883, Getúlio Vargas tornou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Porto Alegre. Sendo eleito

Deputado à Assembléia Legislativa do Estado em 1909 e reeleito em 1913, ocasião em que renunciou afastando-se da política até 1917, quando foi eleito Deputado Estadual, permanecendo no cargo até 1925.

Quero congratular-me também, além de continuar a referência que foi feita pelo Deputado Anibelli, com o pronunciamento do nobre Deputado Otássio Pereira, ontem, e hoje o pronunciamento do velho companheiro do extinto Partido Trabalhista Brasileiro, Deputado Lúcio Machado, que já fizeram aqui um grande pronunciamento, e que tenho, nesta data, como um velho trabalhista, velho companheiro, do inesquecível e saudoso Presidente Vargas. Quero nesta data lembrar, e prestar um voto de saude em 24 de agosto de 1954, quando éramos Prefeito na nossa cidade, União da Vitória, onde recebemos a triste notícia que Getúlio Vargas tinha se suicidado.

E eu não poderia deixar de lembrar esta data. Vou passar à leitura do projeto apresentado pelo ilustre Deputado Antônio Martins Anibelli.

"Sobre seus feitos, nesta época, o Deputado Antônio Anibelli, justificando na tarde de ontem, o projeto de lei para a denominação da BR-153, afirmou: "Será mais uma pequena reverência àquele tão grande Presidente, tão grande brasileiro e que ainda hoje é símbolo do trabalhador nacional.

Como reformador político, pode libertar o Brasil do caciquismo e oligarquia imperantes nas eleições através de atas falsas e reconhecimentos de injustiças e mandonismo. Reformador de nossa cultura econômica, foi no período de seu Governo que emergimos de uma era semi-colonialista e semi-feudal, a uma Nação tributária, para advento da emancipação, progresso e independência."

Referindo-se à criação da indústria siderúrgica, o Deputado prossegue em sua fala ;

"... criador de riquezas, fundador de nossas indústrias básicas e propulsor de nosso desenvolvimento agrícola e industrial, é à sua visão antecipadora do futuro que devemos à civilização Aço-Petróleo, que haveremos de prosseguir como era seu sonho, com recursos, braços, técnica, capital, e obstinada determinação dos brasileiros. Reformador social, operou o milagre de harmonizar fatores de produção, sem recorrer à luta ou supremacia de classes. Aos trabalhadores brasileiros não é preciso que se levante o ativo de suas realizações ou se faça inventário de suas contribuições, no campo social. As obras cumpridas por Getúlio Vargas, de regeneração política, transformação social, aperfeiçoamento técnico, e emancipação econômica ficarão como marcos memoráveis, realidades permanentes, monumentos que desafiam tempo e passagem de gerações".

Este é o pronunciamento do Deputado Anibelli ontem, na Câmara Federal e, nesta hora quero lembrar também, já uma iniciativa nossa, quando apresentamos, há tempos passados, um requerimento, sugerindo à Petrobrás que desse o nome de Refinaria Getúlio Vargas, à refinaria de Araucária.

Após o nosso pronunciamento, o Deputado Fernando Gama apresentou um projeto no Congresso Nacional, que foi aprovado e que foi sancionado pelo Sr. Presidente da República. Temos certeza, este projeto do Deputado Antônio Anibelli pretende dar o nome de Getúlio Vargas a uma das estradas que ampliará o progresso do nosso País, eis que passa em grande parte do Sudoeste do Estado do Paraná, e liga o Brasil, do Rio Grande do Sul ao Pará.

Era este o meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e quero mais uma vez congratular-me com o eminente companheiro Lúcio Machado.

Aqui também deixo um abraço àqueles velhos companheiros do PTB que aqui ainda hoje estão, nesta Casa — não citarei seus nomes — e que são velhos companheiros que têm saudades dos tempos em que Getúlio Vargas era Presidente da República! Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — A Presidência comunica à Liderança do MDB, que restam 5 minutos do horário reservado à sua Bancada.

Concedo a palavra, ao eminente Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

No início deste mês, o ínclito Deputado Accioly Neto teve um momento de inspiração e de rara felicidade, à oportunidade de, nesta Casa, apresentar um projeto de lei que daria ao Litoral, a Paranaguá, a Universidade do Litoral, em forma de Fundação.

Quero apresentar um testemunho, em nome da cidade de Paranaguá, daquele povo, da enorme satisfação e entusiasmo que dominou os quatro cantos daquela cidade, quando tomaram conhecimento da iniciativa do ilustre Deputado.

A importância, desnecessário se torna afirmar aos Srs. Deputados, Sr. Presidente, em função de ser uma velha aspiração do povo do Litoral, notadamente de Paranaguá. E eu concito os Srs. Deputados de ambas as facções existentes nesta Casa, que, cerrem fileiras, prestando uma homenagem não ao Deputado, mas a Paranaguá que com o seu porto carrega divisas para todo o Estado e para toda a Nação.

Paranaguá muito ficará devendo ao Sr. Deputado Accioly Neto, se convertida em realidade esta sua proposição. E, neste momento, eu conclamo aos Srs. Parlamentares, para que não somente dêem seu apoio mas, como também movam gestões, no sentido de, junto às autoridades competentes, fazer com que, realmente possamos contar num futuro, não muito remoto, com as vantagens desta iniciativa do Sr. Deputado Accioly Neto.

Meus cumprimentos, Deputado Accioly Neto, em nome do povo de Paranaguá, que viu com muita simpatia e entusiasmo enorme, esta sua lembrança de apresentar nesta Casa aquele projeto de lei de grande envergadura.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — Esta Presidência registra com satisfação a presença, nesta Casa, na Tribuna de Honra, assistindo os nossos trabalhos, o Sr. Prefeito de Palmital, Sr. José Andrade.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — A Presidência defere, solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Responderam a chamada nominal 42 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e conseqüente deliberação.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário, de S. Exa. o Sr. Ishiro Nakamiski, Digníssimo Embaixador do Japão, que se faz acompanhar do Sr. Consul Geral do Japão no Paraná, aos quais, a Presidência expressa seus sentimentos de amizade.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 26/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 58/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à "Associação Beneficente

e Hospitalar de Contenda", o imóvel onde se encontra instalado o Hospital e Maternidade "Miguelina Franco e Eliza Padilha", da mesma cidade. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CSP., por unanimidade. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 27/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 59/77, encaminhando anteprojeto de lei que visa transferir ao patrimônio da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, os bens que especifica, de propriedade do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CT., por unanimidade. — Com emenda. — **Aprovado**.

Sobre o referido projeto, há uma emenda de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, já aprovada em segunda discussão. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovada**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 32/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública a Fundação Presbiteriana de Curitiba, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 40/77, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo a doar à Santa Casa de Misericórdia de Imbituva o imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., e CF., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Com emenda. — Encerrada a discussão. — Em votação a emenda. — **Aprovada**. — Em votação o projeto. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 233/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 351/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Paulo Frontin, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o "Grupo Escolar Xavier da Silva", na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 79/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 71/77, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidade pública ou privada ao Poder Executivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ., por unanimidade e da CF., por maioria, com Emenda.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei enviado pelo Executivo a esta Casa é de grande importância e deve ser devidamente analisado. Diz e informa o Sr. Governador na sua Mensagem, da capacidade de endividamento do Estado do Paraná.

E, pelo que podemos analisar nesta Mensagem, o nosso Estado goza hoje de uma situação rara, pois está, segundo a mensagem, com sua capacidade de endividamento plenamente satisfatória. Isto, naturalmente, sem se levar em conta que, pela administração nos dias de hoje, nunca se sabe a quantas anda o Poder Estadual visto que o grande número de empresas de economia mista impedem ao Poder Legislativo uma perfeita fiscalização da real situação de endividamento do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usando uma figura dos nossos dias, tememos que seja o Estado do Paraná como o espectador de televisão que, quando recebe um aumento no seu salário, é levado a comprar aquilo

que não precisa, só pelo fato de ter uma capacidade de endividamento.

Vivemos hoje uma economia de mercado. Vivemos hoje numa sociedade de consumo e eu temo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Paraná, com sua capacidade de endividamento, esteja a se portar como o telespectador, produto da sociedade de consumo.

Temos o direito e obrigação de emprestar dinheiro, mas estaríamos empregando esse dinheiro nos melhores objetivos?

É a pergunta que se faz num Estado onde o Sr. Secretário da Educação, por diversas vezes, nesta mesma Casa, afirmou a impossibilidade de aumentar professores; num Estado onde os municípios são sacrificados enormemente, pois são obrigados, até para ministrar justiça, a onerarem seus cofres públicos, doando terrenos, construindo foros ou fazendo casas para juízes ou promotores. Estamos num Estado onde os municípios são obrigados a pagar menos do que o salário de uma doméstica a professores. E, neste Estado, é, altamente, questionável que, ao usar a sua capacidade de endividamento, estejamos a usá-la bem, em objetivos sérios e certos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Analisando a Mensagem do Sr. Governador nos seus objetivos e, por partes, procurarei fazer análise do que achei dentro desta Mensagem.

EDUCAÇÃO — solicita o Sr. Governador autorização para um financiamento de quatrocentos e oitenta e um milhões de cruzeiros, sendo trezentos e quarenta milhões de cruzeiros, para o ensino de primeiro grau e, o restante, para o ensino de terceiro grau, mais especificamente, para a Universidade de Londrina, e a Universidade de Ponta Grossa.

Ensino de primeiro grau. Sr. Presidente; o mesmo ensino que paga mal os seus professores mas, altamente, defensável a solicitação do Sr. Governador. Mas o importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Governo não cogitou e não cogita do ensino de segundo grau — fazemos uma ponte entre o primeiro e terceiro graus, e deixamos o ensino de segundo grau, que deveria ser profissionalizante, sem recursos e sem defensores. Talvez, porque o ensino de segundo grau tenha se constituído neste Estado, num total e completo fracasso; talvez, fracasso gerado pelo ensino de primeiro grau mal dado e mal pago.

Fala o Sr. Governador que construiu 200 quadras esportivas e que construirá mais 20. Houve uma epidemia de quadras esportivas pelo Paraná, principalmente, às vésperas das eleições. Duzentas quadras esportivas foram feitas com parte dos 340 milhões de cruzeiros do empréstimo, cujos avais foram, por lei, autorizados por esta Assembléia; e, agora, mais 20 quadras.

E seria o momento de se perguntar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que o Paraná está ganhando com a Loteria Esportiva, se nem uma quadra o Governo Federal, com sua Loteria, faz neste Estado?

É o momento de se perguntar onde estão os grandes recursos da Loteria Esportiva?

Sobre o aspecto formal, pede o Sr. Governador na sua Mensagem e, nos parece existir, aqui, um assunto de alta indagação. Sobre esses trezentos e quarenta milhões de cruzeiros que o Sr. Governador solicita para o ensino de primeiro grau, nós vemos, em sua Mensagem, o seguinte: — É a terceira etapa de um plano que vem se desenvolvendo, desde 1975; a terceira operação que se pleiteia, neste momento, neste projeto de lei, foi realizada com a Caixa Econômica Federal, tendo recebido o aval do Banco do Estado do Paraná. Entretanto, este Banco necessitará de uma contra-garantia que deverá ser dada pelo Governo do Estado.

Srs. Deputados, este dinheiro já veio para o Paraná, para a FUNDEPAR, pelo que se depreende da informação do Sr. Governador. Foi dinheiro emprestado pela Caixa Econômica Federal com aval do Banco do Estado. Eu fico a perguntar: — Se

há necessidade, como informar o Sr. Governador, de uma contra-garantia do Poder Executivo, e esta contra-garantia necessita, obviamente de uma lei e a lei tem que passar pelo Poder Legislativo. Fica a pergunta: Teria a FUNDEPAR desrespeitado o Poder Legislativo do Estado do Paraná, uma vez que já fez o empréstimo, já conseguiu o aval com o Banco do Estado? E agora? E se a Assembléia Legislativa do nosso Estado resolvesse não conceder esse aval?

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, V. Exa. é testemunha que eu aprendi a admirá-lo desde a minha remota juventude, e mais uma vez, eu confirmo que a minha admiração não era vã. V. Exa. justifica na sua linha de atuação que ela era efetivamente merecida.

Todavia, eu pretendo dar uma breve explicação sobre o ponto que V. Exa. levanta, neste momento. Na verdade e na realidade não houve ilegalidade nenhuma e nem se preteriu uma audiência da Assembléia para se realizar tal operação. O que ocorre é o seguinte: Realmente o Banco do Estado avalizou a FUNDEPAR para que ela tomasse emprestado à Caixa Econômica, através do seu Programa de Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, 340 milhões de cruzeiros.

Todavia, o Banco do Estado como qualquer outro banco, tem uma capacidade que lhe é pré-determinada pelo Banco Central, para fornecer garantia em operações. E o Banco do Estado está com a sua capacidade já tomada no Banco Central, razão pela qual há necessidade de uma contra-garantia do Governo do Estado para que o Banco do Estado do Paraná tenha junto ao Banco Central aumentada a sua capacidade para avalizar ou administrar. Esta é a posição exata desta operação. Eu, evidentemente, me congratulo com V. Exa., que está zelando pelos interesses do Estado, e principalmente zelando para que a Assembléia não tenha as suas atribuições preteridas.

Todavia, neste episódio, a contra-garantia do Estado é apenas para viabilizar que o Banco do Estado tenha a sua capacidade de prestar fiança e aval novamente retomada junto ao Banco Central.

Esta é efetivamente a exata posição do Governador. Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte que elucida este tópico que abordávamos. Só lamento que não tivesse havido o cuidado da parte do próprio Banco do Estado, em demonstrar, "a priori", que não poderia onerar a sua capacidade por este período. Porque deveria prever também, o Banco do Estado, que a Assembléia por razões e por isso estamos a discutir, poderia negar a contra-garantia ao Executivo.

Continuo, Sr. Presidente. "ENSINO SUPERIOR" — Como disse, sobre ensino do segundo grau, altamente importante, não se cogitou. Talvez existam outros recursos para isso.

Sobre isso o Sr. Governador, na sua mensagem, diz o seguinte: "Em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento, necessita intensificar a sua contribuição para o desenvolvimento do País, através de uma infra-estrutura física às Universidades Estaduais, a fim de que as mesmas tenham condições de transformar em realidade as diretrizes para o ensino superior, adotadas pelo Governo Federal."

Obviamente ninguém, nesta Casa, seria ou é contra o aumento de vagas, a melhoria de instalações de qualquer Universidade.

Mas vejamos, Srs. Deputados, o Sr. Governador citando contribuição para o desenvolvimento do País. A quem se pede contribuição para o desenvolvimento deste País. A um Estado que mais tem contribuído para o desenvolvimento do País; a um Estado, que contribuiu com a Estrada de Ferro Central do Paraná, sem até o momento, esta Casa ter conhecimento do célere ressarcimento que se propunha à época em que se aprovou a sua transferência para o Governo Federal.

Se pede ao Estado, que transferiu ao Poder Federal...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Em razão, desculpe, eu avancei, sem saber se V. Exa. defere o aparte, mas, em razão de um aparte do nobre Deputado Osvaldo Macedo, eu tive o cuidado de me informar em que estado se encontrava as negociações para que o Estado do Paraná, recebesse a indenização a que tem direito por força de convênio, do Governo Federal, pela construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Informo a V. Exa. que o Estado do Paraná ainda é credor do Governo Federal, da importância de 300 milhões de cruzeiros, mas, segundo, informações prestadas pelo Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães, está em vias, em breve espaço de tempo, de ser também sanada a situação, mas de qualquer maneira eu concordo com V. Exa. de que demorou muito, o Governo Federal, a indenizar o Estado pela construção da Estrada de Ferro.

Era o aparte.

O Sr. DENI SCHWARTZ — Pede-se ao Paraná, contribuição; o Paraná que inclusive tem sido, pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira, defendido, e muito bem defendido, de centenas de quilômetros quadrados inundados por usinas hidrelétricas, que não servirão à economia paranaense. Pede-se a contribuição para o desenvolvimento do País, a um Estado que contribui com 17 a 18 por cento das divisas que possibilitam o quase equilíbrio da nossa balança comercial. Por isso, sem sermos absolutamente, contra Universidades, nós achamos que no momento em que o Paraná, se envolve com o ensino de terceiro grau, contrariamente, ao que ocorre com outros Estados, e cito como exemplo o Rio Grande do Sul, o Paraná deixa de ter forças para lutar pela federalização que hoje não é só um direito do Paraná, é uma obrigação do Governo Federal, que está a adotar para o nosso Estado, a posição de carrasco. A posição de quem não quer ver, que este Estado novo como é, tem direitos adquiridos, de receber para a sua população de cerca de dez milhões de habitantes, mais três Universidades no mínimo, para pelo menos, chegarmos perto do que ocorre nos outros Estados, mais bem aquinhoados do que o nosso.

O Sr. Renato Bernardi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, congratulo-me com V. Exa. pela colocação que V. Exa. faz, do problema. E quando V. Exa. lembra que se pede mais uma contribuição do Estado do Paraná, é preciso se ressaltar que, nesta safra 77/78 apenas, com o confisco cambial do café cotado em 160 dólares, numa previsão que a gente coloca bem aquém da previsão feita pelos técnicos do IBC, que dão uma perspectiva de 12 milhões de sacas de café para o Paraná, mas, calculando-se esta safra em apenas 8 milhões de sacas, vamos observar que no próximo ano, no exercício agrícola 77/78, o Paraná estaria dando ao Governo Federal, apenas a título de confisco cambial do café, a importância de 19 bilhões de cruzeiros. O que vem a corresponder exatamente a dois orçamentos anuais do Estado do Paraná. E, a contrapartida do Governo Central tem sido muito pequena, em relação ao montante que o Estado do Paraná tem dado ao conserto nacional.

E é hora então de se pensar também: se as Unidades da Federação devem apenas contribuir para uma política nacional global, esquecendo-se de exigir a contrapartida do Governo Central, que arrecada tudo, mas devolve muito pouco para as suas unidades. E no caso específico do Paraná, no caso concreto do café, nós estamos assistindo a uma sangria violenta dos nossos recursos. E o que não significaria apenas a provável federalização de três Universidades Estaduais, mas apenas a sangria proveniente do confisco cambial do café, numa safra apenas de 2/3 da previsão do IBC, nós teremos arrancados do Paraná, cruzeiros equivalentes a dois orçamentos anuais de todo o nosso Estado. É hora de se parar e de se pensar.

Muito obrigado, Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Prossigo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Saúde Pública. Nós temos em mãos o Diário da Assembléia que publicou a mensagem enviada a esta Casa, no final de 75.

Nessa Mensagem, diz o seguinte: "Os setores de Saúde e Bem-Estar Social, deverão ser contemplados com recursos de 90 milhões de cruzeiros, objetivando a ampliação e construção de hospitais regionais.

De modo que, conforme prevê o programa existente, cada micro-região possua tais unidades."

Creio que por uma questão de prestígio desta Casa, deveríamos ter sido informados onde foram feitos tais hospitais regionais; uma vez que, na atual Mensagem, o Sr. Governador solicita novamente 96 milhões de cruzeiros, também no grupo número 2, para fazer hospitais regionais.

96 milhões de cruzeiros já foram concedidos em 1975. E nós desconhecemos onde estes hospitais regionais tenham sido feitos. Agora, mais 96 milhões de cruzeiros.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? **O SR. DENI SCHWARTZ** — No momento, com todo o prazer.

No grupo 1, o Sr. Governador do Estado — e nos deixa uma dúvida — fala no grupo 1 — HOSPITAIS COMUNITÁRIOS E FILANTRÓPICOS — E que seria um total de 11 hospitais.

Parece-me, Srs. Deputados, que não haveria inconveniente para o Governo, em nominar os 11 hospitais. Além de que pairou, após a visita a esta Casa, do Sr. Secretário do Planejamento, uma dúvida. Se não ficaria uma válvula aberta para o Executivo, inclusive, repassar dinheiro para hospitais particulares? Dúvida essa que, inquirido o Sr. Secretário do Planejamento, que procurou demonstrar que era apenas para hospitais comunitários e filantrópicos.

Mas, vejamos a Mensagem do Sr. Governador do Estado.

"Os Hospitais constantes do Grupo 1, em resumo de 11 unidades localizados na região Sul, Norte, Oeste e Sudeste do Paraná, estão com obras iniciadas e paralisadas ou em ritmo muito lento de construção, carecendo urgentemente de recursos que levem essas construções a uma rápida conclusão, com funcionamento imediato dos novos leitos que o Paraná tanto necessita.

Diz ainda o Sr. Secretário Belmiro Valverde, conforme as notas taquigráficas: "é fácil entender qual seria a dificuldade que o empresário de Saúde do Interior de chegar a lidar com toda a papelada do FAS, com toda aprovação do FAS, em Brasília", então, o Governo se propõe a ser o repassador, o garantidor dessa operação, perante o FAS e o repassador desses recursos e garantias."

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não quero, nem de leve, perturbar o raciocínio e a explanação de V. Exa. — aliás brilhante como sempre — mas, quero justamente me associar a V. Exa. com relação à argumentação que vem desenvolvendo para apreciação de Mensagem do Sr. Governador. Principalmente, com relação ao Ensino Profissionalizante, que V. Exa. tão bem explanou.

Mas, V. Exa. — e todos sabem — estou nesta Casa há apenas 40 dias e não acompanhei as mensagens anteriores do Governador que solicitaram, desta Casa, autorização para contrair empréstimo externo.

V. Exa. faz agora menção que esta Casa há havia votado uma autorização de empréstimo externo para construção de hospitais regionais, que, creio, até agora, nenhum dos Srs. Deputados teve conhecimento de um desses hospitais.

O caso se me afigura grave e vou subscrever um pedido de informações ao Sr. Governador para ver em que pé estão as obras desses hospitais regionais que, a meu ver, viriam deter a proliferação de favelas. Porque, com a criação de hospitais regio-

nais, evitar-se-ia a remessa de doentes aos hospitais das grandes cidades.

E a população rural que aqui vem para tratamento de saúde, se consegue vaga em hospital, das duas uma: sara ou morre.

Se morre, é mais uma sepultura; se se cura, vai para baixo da ponte do Rio Belém, ou para baixo do viaduto da Estrada de Ferro.

E isso é mau.

Com a criação de hospitais regionais, esse problema seria enormemente minimizado.

De maneira que a afirmação que V. Exa. faz me surpreende.

Razão pela qual vou requerer um pedido de informações ao Sr. Governador, porque 96 milhões de cruzeiros é uma importância apreciável, e um hospital já deveria estar em funcionamento.

Agradeço o aparte de V. Exa. pedindo escusas pelo tempo que roubei ao brilhante pronunciamento que V. Exa. faz.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. não roubou minutos.

V. Exa. contribuiu para que este nosso pronunciamento reflita, exatamente, as preocupações de nosso legislador.

Mas, ainda sobre Saúde Pública, diz o Sr. Governador do Estado, em sua mensagem: "embora o atendimento do paciente não pagante seja prioritário, destinar-se-ão leitos à Previdência que não conta com número suficiente para total atendimento hospitalar e previdenciário".

Novamente a contribuição de nosso Estado ao Governo Federal.

Não seria o momento de exigir-se, da Previdência Social a instalação desses hospitais?

Para que o Estado fazer hospitais e, praticamente, entregá-los à Previdência Social?

Fica no ar também esta pergunta.

Voltando, para encerrar, no setor de Saúde Pública.

A proposição e a afirmativa do Sr. Secretário de Planejamento: Por que o Governo do Estado ser repassador de recursos?

Aí sim fica a pergunta: Por que o aval do Banco do Estado, se ele avalizou a Fundepar?

Porque não avalizou então empresas participares ou filantrópicas ou comunidades constantes da Mensagem?

Analiso Srs. Deputados, talvez do assunto mais polêmico; energia elétrica.

Novamente a Mensagem do Governador fala da necessidade do Governo Federal: Lê-se na mesma: primeiro deles, representado pela política do Governo Federal que NECESSITA de forma urgente, substituir o uso de derivados de petróleo em nossas empresas, por outras fontes de energia, ou seja, energia elétrica.

Novamente se argumenta: por necessidade do Governo Federal.

E porisso ficamos preocupados, pois, ao mesmo tempo em que lemos a Mensagem do Sr. Governador, temos em mãos "O Estado de São Paulo", do dia 19 de agosto de 1977, que tem o título: "Foz de Areia entre Eletrosul e Copel", e que diz o seguinte: "A localidade estratégica da hidrelétrica de Foz de Areia que a Companhia de Energia Elétrica está construindo no Rio Iguaçu por estar a montante de outros grandes aproveitamentos que serão feitos no leito do rio, tem aumentado o interesse da Eletrobrás em assumir a concessão, através de sua subsidiária para a região sul, a Eletrosul".

Todos nós estamos lembrados de como a Telepar acabou passando para a Telebrás.

Quando nos apercebemos, a Telebrás era majoritária na Telepar.

Vejamos a situação financeira de Foz de Areia, uma vez que, pelas afirmações do Sr. Arturo Andreoli, não há possibi-

lidade de vir a COPEL, com recursos próprios, fazer Foz de Areia, a não ser com recursos financiados.

O Custo total da Usina de Areia é de 660 milhões de dólares.

A 15 cruzeiros o dolar, temos o custo de 10 bilhões de cruzeiros.

E ontem, nesta Casa, o Sr. Arturo Andreoli admitiu que a Copel já deve à Eletrosul, 6 bilhões de dólares.

Já devemos, não só em função de Areia, mas a Copel já deve à Eletrosul, 60 por cento do custo total da Usina de Areia, e ficamos a nos preocupar, se não será o mesmo caminho que foi percorrido, para a passagem da Telepar à Telebrás.

Também nem o Sr. Governador, nem o Sr. Presidente da Copel têm condições de saber a verdade para garantir que nós, no futuro, ficaremos com a Usina de Areia, para a qual no momento, estamos discutindo aval do Governo do Estado.

Além do mais, acredito que deveríamos discutir as afirmações do Sr. Arturo Andreoli, de que, há necessidade de que a empresa tenha como sua, desde geração até a distribuição de energia; que há necessidade de uma integração vertical.

Economicamente, isto está correto.

Mas a pergunta é a seguinte, e novamente entra a política federal:

Como é que se pode admitir neste País, que uma empresa concessionária afirme tal coisa?

Só se pode admitir, que as outras concessionárias, ao venderem energia, vendem com altos lucros, em prejuízo daquelas que a distribuem.

É aí que imagino ver o Paraná levantar a bandeira, a nível nacional, para que tenhamos uma geração a um custo que não leve à insolvência, as concessionárias que fazem a distribuição.

Eu defendo inclusive a posição do Sr. Arturo Andreoli. Ele vestiu a camisa da COPEL e a do Paraná, e está a defender os interesses paranaenses com muito vigor; apenas, que ele não pode afirmar e garantir que, após estejam concluídas as obras de Areia, o povo paranaense que estará então endividado em função desta obra, venha a se utilizar dos benefícios, pois, um ato qualquer poderá transferir a competência de gerar energia, à ELETROSUL.

Vejam, Srs. Deputados, que o problema é bastante grave:

O próprio Sr. Presidente da COPEL, nas notas taquigráficas de sua entrevista de ontem, demonstrou perfeitamente uma expressão muito usada pelo jornalista Luiz Geraldo Mazza — a autofagia.

Diz o Sr. Arturo Andreoli quando solicitado a esclarecer as notícias sobre a passagem da COPEL, para a ELETROSUL.

— Eu acho que é do pessoal nosso, da COPEL, que hoje está na ELETROSUL, em cargos altos.

Diz o Sr. Arturo Andreoli, que paranaenses, funcionários da COPEL, trabalhando na ELETROSUL, é que estão gerando as notícias de que o Salto Areia passará para a ELETROSUL.

Mais um exemplo flagrante de autofagia dos paranaenses, talvez no afã, desses funcionários, de melhorarem os seus conceitos junto aos todo-poderosos deste País.

Srs. Deputados, temos ainda no ítem — Administração Geral do Estado, e que já nos foi esclarecido pelo eminente Líder do Governo nesta Casa, apenas a observar que, consideramos a mensagem um tanto confusa, ao se misturarem empresas de administração indireta, com órgãos da administração direta.

E vêm, a propósito, alguns aspectos sobre a melhoria da mensagem:

O Sr. Secretário do Planejamento, alertado sobre 400 milhões de cruzeiros constantes da mensagem, sem uma destinação específica, fez por bem chegar às mãos dos Srs. Deputados, a destinação destes recursos.

Novamente o Estado irá se endividar no setor de transportes para cumprir o seu programa de obras.

Novamente se vislumbra que não há contra-partida do Governo Federal neste item.

Srs. Deputados, ficaria apenas ainda a ser adotada no setor anterior, no setor de energia elétrica, uma dúvida, pois na Mensagem do Sr. Governador enviada a esta Casa em 1975, no outro empréstimo nós líamos o seguinte, no Art. 3o. do anteprojeto de Lei:

"Do montante estabelecido no Artigo 1o., os empréstimos, financiamentos e garantias, avais ou fianças, em contra-partida, seriam destinados especificamente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, no valor de dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros para provimento de recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Foz de Areia e seu sistema de transmissão."

Na Mensagem deste ano diz:

"Ficaram a descobertas de autorização legal para contratação, as referidas obras de linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição".

Na verdade, são, me parece, divergências de duas mensagens, pois já havia a autorização no empréstimo anterior para o sistema de transmissão da energia gerada em Salto Areia e agora o Sr. Governador afirma que estava a descoberto.

Parece que há uma...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Deni Schwartz, é só para colaborar no entendimento deste tópico.

Se ele pediu para aplicação em parte na rede de transmissão e pede outra vez agora, ou o Governo ou a COPEL não aplicou para o fim especificado e explicitado na Mensagem anterior, ou não deu para concluir.

Evidentemente que não se fala em transmissão porque a usina está numa fase precária de fazer ainda a linha de transmissão a não ser que esteja em estado de implantação do projeto da mesma.

Seria outro caso.

Acho que tem esta anomalia na mensagem.

O SR. DENI SHCWARTZ — Se bem que no aspecto meramente formal.

Srs. Deputados, finalizo afirmando que votarei a favor do projeto de lei do Sr. Governador de acordo com a emenda proposta pelo eminente Deputado Muggiati Filho.

Mas gostaria que se registrasse nos Anais desta Casa o nosso protesto, o nosso grito de paranismo pois, mais do que nunca, parece que estamos imitando o homem da sociedade moderna, o homem da sociedade de consumo.

Não estamos reivindicando para o nosso Estado, o que temos direito; estamos adiantando, estamos tentando criar fatos consumados na expressão do Sr. Presidente da Copel ontem, fatos consumados que eu não concordo como paranaense.

Não posso concordar que o Paraná transporte a maior safra agrícola deste País, tenha o Estado que fazer uma Central do Paraná.

Não posso concordar para que o nosso Estado tenha um ensino superior, tenha que sacrificar o ensino de 1o. grau e de 2o. grau; tenha que sacrificar os miseráveis dos municípios deste Estado que estão a pagar, repito, salários às professoras municipais, inferiores ao de domésticas.

Tenho que protestar, Srs. Deputados, como paranaense que sou, como os Senhores são, pelo desleixo, pelo descaso que o Governo Federal tem tratado este Estado da Federação.

Tenho que protestar contra as aves de rapina, como é a ELETROSUL, como é a ELETROBRAS, como é a ITAIPU, que estão criando aleijões econômicos neste Estado; está lá a Vila do Piolho em Foz do Chopin, onde os senhores lá comparando, vejam os aleijões sociais deixados pelas grandes obras, aqui, no Paraná.

Verem pessoas, residentes na Vila, operários que construíram usinas neste Estado, sem energia em suas casas; são os

aleijões a serem criados em volta de Itaipu; está até a proibição parece, de Deputados Paranaenses entrarem naquela obra e até já pretendi me socorrer com o Presidente do Paraguai para lá entrar.

É isto, Srs. Deputados, que o coração de paranaense não pode tolerar e, a ele protesto contra o Governo Federal, que eu venho a esta tribuna fazer, é contra um Governo que daqui tudo tira e está a nos deixar um Norte Pioneiro, hoje, com problemas; uma linha de fome; um Sul do Estado, abandonado.

Está a nos deixar um Noroeste, apenas, com seus areais; está a nos deixar um Sudoeste que, em breve, estará tão empobrecido quanto o Centro do Paraná.

E quem nos garantirá que um fértil Oeste não o será assim também?

É contra esses aleijões sociais que estão sendo permitidos nesta Terra de onde tudo se tira e pouco se devolve, que nós viemos aqui; votaremos a favor do projeto porque não queremos ser, amanhã, inquinados de homens contra o progresso do nosso Estado.

Mas, deixamos registrado o nosso protesto contra um Governo Federal e, também, contra o próprio Sr. Governador que deveria ser mais Governador e, menos Gerente. **(Com revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a satisfação de anunciar, neste Plenário, a presença do Sr. Vereador Jorge Vieira, Líder da bancada da ARENA, no Município de Umuarama.

Continua em discussão o Projeto de Lei número 79/77.

O SR. TRAJANO BASTOS — Para discutir, Sr. Presidente, **O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)** — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, esta Liderança sente-se no dever de congratular-se com o ilustre Deputado Deni Schwartz, pela brilhante explanação que fez sobre a matéria, que hoje se discute.

O Deputado que me antecedeu na tribuna, atendendo solicitação desta Liderança, fez os estudos e reparos necessários sobre o mérito, da questão em foco, já que, sob o ponto de vista jurídico, constitucional e legal, o ilustre e eminente Deputado Muggiati Filho, se manifestou a respeito, através de sua atuação na CCJ, com uma emenda que faz parte integrante da Mensagem do Sr. Governador do Estado.

Devo adiantar a V. Exa., Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a bancada do MDB, em assuntos desta ordem procura desempenhar o seu verdadeiro papel de representantes do povo e exercendo a fiscalização necessária e que é da nossa obrigação fazer.

Nesta matéria que se discute, preocupava sobremaneira aos Deputados do MDB, no que diz respeito a autorização de empréstimos para a COPEL, e explico porque, Srs. Deputados.

Reafirmo o que disse na reunião conjunta que tivemos com o Presidente da COPEL.

A exemplo do que acontecera com a TELEPAR, empresa eminentemente paranaense que acabou sendo engolida, absorvida pelo centralismo que impera neste País, sob a justificativa da época de que a empresa ia mal financeiramente, em consequência da má administração.

No entanto, Srs. Deputados, a TELEPAR foi absorvida e o Presidente desta companhia continua o mesmo.

Não vai, neste reparo, qualquer crítica à pessoa do Sr. Renato Johnson, que preside a TELEPAR do Paraná.

Mas, com respeito à COPEL e quero dizer, Srs. Deputados, para que fique gravado nos Anais desta Casa, que além, e apesar de outros motivos que nos levam a votar favoravelmente a esta matéria, um dos argumentos que levamos em maior consideração foram as afirmações categóricas do Sr. Arturo Andreoli, quando garantiu a este Poder que a COPEL não terá o mesmo

destino da TELEPAR.

Acreditamos e não temos motivo para assim não proceder, na palavra do Presidente da COPEL, que para nós é a palavra oficial do Governo, porque ele, naquela oportunidade, estava representando um órgão importantíssimo e uma empresa importante deste Governo.

E se isto vier a acontecer, Srs. Deputados, que não se venha dizer futuramente que esta Casa aprovou a toque de caixa, matéria de tal importância e que o Paraná estaria a injetar recursos numa empresa com dinheiro seu, dinheiro paranaense, e endividando o nosso Estado, para num futuro próximo esta empresa ter o futuro que teve a TELEPAR.

Baseados, então, nas afirmações categóricas do Presidente da COPEL, é que a bancada do MDB, preocupada com os destinos das empresas paranaenses e da economia popular, economia do nosso povo, dinheiro do povo do Paraná, é que daremos o nosso apoio a esta matéria.

Mas, quero afirmar também, Srs. Deputados, para que o Governo deste Estado não possa alegar, futuramente que deixou de realizar obras, ou dotar verbas para municípios, no campo da Educação, da Saúde e da Energia Elétrica, porque a bancada da Oposição teria criado qualquer obstáculo para que o Governo não atingisse esses objetivos, que fique bem clara esta posição: Vamos apoiar, vamos votar favoravelmente à Mensagem de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, mas nos reservamos o direito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de exercermos fiscalização severa, na aplicação dos recursos que ora iremos autorizar.

E cobraremos, se o Governo deste Estado, deixar de usar dos benefícios que a lei lhe faculta, para levar a Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Cascavel, segundo afirmações do Sr. Secretário do Planejamento, de que seriam criados hospitais regionais em Cascavel e Maringá; muito embora, sobre este assunto tenha levantado o ilustre Deputado Deni Schwartz, que, em exercício anterior, já autorizamos o governo uma importância idêntica, e não tivemos ainda conhecimento de como foi aplicado este dinheiro.

Quero, Sr. Presidente, nesta oportunidade sem demérito a qualquer Sr. ilustre Deputado, com assento nesta Casa, mas, em forma de apelo, Sr. Presidente, e como Líder, eu conheço as dificuldades, para que as comissões permanentes e principalmente as Comissões Técnicas desta Casa, tomem para si, a responsabilidade do estudo destas matérias, para que tenhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na época oportuna o assessoramento indispensável destas comissões, para que se possa elucidar dúvidas quanto ao aspecto técnico, quanto ao aspecto jurídico, quanto ao aspecto de mérito.

Fica aqui então, a declaração de votos da minha bancada, Sr. Presidente, e que o Governo do Paraná muito embora, diminuindo a sua capacidade de endividamento, possa fazer bom uso deste dinheiro; e que leve ao interior tão carente e tão empobrecido, os recursos necessários, para que ele possa desenvolver de uma melhor forma.

Quero registrar aqui também, Sr. Presidente, e me aliar à tese levantada pelo ilustre Deputado Deni Schwartz, de que o Governo Federal tenha cuidado para que não mate a "galinha dos ovos de ouro".

Porque a inversão que se estabeleceu neste País, através de uma política econômica, muito discutível, e que veio acarretar o empobrecimento constante do município brasileiro, e do Estado, fazendo com que o Governo Central colocasse em suas mãos, ou coloque em suas mãos, ou detenha em suas mãos, o poder absoluto das decisões, porque o governo diminuiu as competências do Estado e do município.

Ao mesmo tempo que lhe transfere maiores encargos.

Era de se perguntar, Sr. Presidente, com que mágica, com que química, pretende-se um país rico e forte, quando a sua base que é o município está empobrecendo dia a dia?

Isto verificamos, Sr. Presidente.

Que homens com alguma visão fogem da vida pública deste País.

Quando se procura nos municípios, um homem para ser candidato a prefeito; a primeira preocupação deste cidadão e muito justificável, é que ele não tem condições de gerir um município falido; de arcar com as consequências de erros que não lhe cabem.

No campo da educação é necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se apele ao Ministro da Educação deste País que é paranaense, para que de uma vez por todas, consiga a federalização destas Universidades.

Por que, eu pergunto, o R. Grando do Sul consegue a federalização das suas Universidades e o Paraná não consegue?

São em momentos como este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há de sustentar esta tese paranista e que a representação política do Paraná e muito principalmente a representação política do Paraná, ligadas ao Governo; exijam destes setores, maiores atenções para o Estado do Paraná.

Porque se assim não acontecer, o Estado terá o mesmo destino que teve o município brasileiro, ao mesmo tempo que o Poder Central enriquece e centraliza nas suas mãos o meio circulante do País; o Estado vem empobrecendo; o Estado vem se individuando e o Estado usa o exemplo que vem de cima, para aplicar no município.

São as químicas dos convênios.

Hoje o convênio virou moda.

O município se quiser ter cadeia pública, tem que fazer convênio com a Secretaria de Segurança; se quer uma melhoria da escola do Estado, que é de responsabilidade do Estado, tem que fazer convênio com a Secretaria de Educação.

Mas ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Será que Segurança Pública e Educação não é uma obrigação do Governo Central?

Como pode o Exmo. Sr. Presidente da República exigir sacrifício do Estado e do Município?

Se a política econômica adotada por este sistema, está paulatinamente levando à falência o Município e o Estado Brasileiro?

Onde está o Federalismo? que consta da Constituição que muito embora esteja soterrada, aterrada, esbofetada; mas é a que temos e que não é cumprida?

São teses como esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Parlamento deste Estado tão atingido, precisa defender com ardor e com coragem.

É nessas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que através desta declaração de voto que faz a bancada do MDB; que fiquem patentes os nossos conceitos; que fiquem conhecidos do público do Paraná as nossas intenções.

Para que, num futuro próximo, se erro houver, para nós não seja atribuído.

E para que não se diga que a Oposição deste Estado ficou omissa e inerte em problemas tão sérios, tão angustiantes como estes que se apresentam, neste momento.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Continua em discussão o Projeto de Lei número 79/77.

Encerrada a discussão.

Em votação.

A Presidência anuncia que sobre o Projeto de Lei número 79/77, existe uma emenda da Comissão de Finanças, com apoio da maioria dos Srs. Deputados membros daquela Comissão Técnica.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.— APROVADO.

Em votação a emenda.— APROVADA.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente, com relação ao Projeto de Lei 79/77, há uma emenda da

Comissão de Constituição e Justiça.

Indagaria de V. Exa. se houve engano, ou se existe outra emenda da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência realmente se penitencia.

A emenda é da Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdivio Costa Lima.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Hermínia Rios Gomes, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Federação Espírita do Paraná, que completa nesta data, 75 anos de existência.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com a Federação Espírita do Paraná, na oportunidade em que se comemora o seu 75o. aniversário de fundação.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Sr. General Ruy de Paula Couto, Comandante da 5a. Região Militar, pelo decorrer da Semana do Exército e do Dia do Soldado, amanhã, dia 25.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura e Presidente do INCRA, contendo inúmeras reivindicações com respeito ao preparo da documentação para "Ratificação das Concessões e Alienações de Terras Devolutas procedidas pelo Estado na Faixa de Fronteira".— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado pelo jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Getúlio Vargas é lembrado hoje", solicita ainda, seja enviado telegrama ao Sr. Deputado Federal Antônio Martins Anibelli, parabenizando-o pela feliz iniciativa de apresentar um projeto de lei, denominando "Presidente Getúlio Vargas" a Rodovia Transbrasiliana, que liga Aceguá, no Rio Grande do Sul a Marabá no Estado do Pará.— APROVADO.— (O Editorial acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da EMOPAR, no sentido de que se digno determinar reformas no Grupo Escolar "Abraham Lincoln", no Município de Colombo.— APROVADO.

A Presidência deseja informar aos Srs. Deputados que a Comissão de Integração Parlamentar da Assembléia Legislativa de Goiás, que deseja visitar nos próximos dias 30, 31 de agosto e 01 de setembro a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Presidência designou para o dia 31 do corrente, às 16,00 horas uma sessão conjunta das duas Assembléias Legislativas, porque para cá virão 30 Parlamentares daquele Estado.

Por essa razão, a Presidência solicita, respeitosamente, aos Líderes Trajano Bastos e Luiz Roberto Spares que indiquem os representantes que deverão, na sessão especial, falar em nome dos dois Partidos.

A Presidência informa ainda que aquela Comissão de Integração Parlamentar visitará o Porto de Paranaguá para conhecer a estrutura portuária do nosso Estado, viajando, em seguida para o Rio Grande do Sul, visitando, naquele Estado o Porto do Rio Grande, para também observar e aquilatar a capacidade portuária dos Estados mais meridionais deste País.

Estão, portanto, todos os Srs. Deputados convidados a

participar da sessão conjunta que realizaremos no dia 31 do corrente mês, às 16,00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 79/77

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução Números 154/77, 155, 156, 157, 158, 160 e 161/77; marcando ainda uma sessão ordinária para amanhã, dia 26, sexta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 155/75, 77/76, 97/76, 119/76, 07/77, 39/77, 66/77, 68/77, 69/77, e de Resolução números 83/77, 84, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 182, 201, 216, 224, 225, 226 e 227/77.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOMÍCIO SCARAMELLA, EM SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 1.977.—

"GETÚLIO VARGAS É LEMBRADO HOJE"

Quando se reverencia, na data de hoje, 23o. aniversário de sua morte, o nome de Getúlio Vargas, um dos grandes estadistas que nossa história teve conhecimento, e é apresentado projeto na Câmara Federal para denominar "Presidente Getúlio Vargas", a Rodovia Transbrasiliana, que liga Aceguá (Rs) a Marabá (PA), nada mais justo que seja levado, principalmente aos jovens, alguns detalhes de sua vida e seu governo.

Nascido em São Borja, Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1883, Getúlio Dornelles Vargas formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, sendo eleito deputado à Assembléia Legislativa do Estado em 1909 e reeleito em 1913, ocasião em que renunciou, afastando-se da política até 1917, quando foi eleito deputado estadual, permanecendo no cargo até 1925.

HOMENAGEM

Sobre seus feitos, nesta época, o Deputado Antônio Anibelli, justificando, na tarde de ontem, o projeto de lei para a denominação da BR-153, afirmou: "Será mais uma pequena reverência àquele tão grande presidente, tão grande brasileiro, e que ainda hoje é símbolo do trabalhismo nacional. Como reformador político, coube-lhe libertar o Brasil do caciquismo e oligarquias imperantes, das eleições através de atas falsas e reconhecimentos através de injustiças e mandonismo. Reformador de nossa cultura econômica, foi no período de seu governo que emergimos duma era semi-colonialista e semi-feudal, à uma Nação tributária, para advento da emancipação, progresso e independência."

Referindo-se à criação da Indústria Sidúrgica, o deputado prossegue em sua fala: "... criador de riquezas, fundador de nossas indústrias básicas e propulsor de nosso desenvolvimento agrícola e industrial, é a sua visão antecipadora do futuro que devemos a civilização Aço-Petróleo, que haveremos de prosseguir, como era seu sonho: com recursos, braços, técnica, capital e obstinada determinação brasileiros. Reformador social, operou o milagre de harmonizar fatores de produção, sem recorrer à luta ou supremacia de classes. Aos trabalhadores brasileiros não é preciso que se levante o ativo de suas realizações ou se faça inventário de suas contribuições no campo social. As obras cumpridas por Getúlio Vargas, de regeneração política, transformação social, aperfeiçoamento técnico e emancipação econômica, ficarão como marcos memoráveis, realidades permanentes, monumentos que desafiam tempo e passagem de gerações."